

As trabalhadoras em empresas pesqueiras: representações sociais sobre saúde e percepções corporais

Guillermo Alfredo Johnson
Rosemeri Bermardes de Sousa
Neusa Maria Sens Bloemer

Introdução

As indústrias de pesca localizadas no município catarinense de Navegantes apresentam unidades que se dedicam à captura de pescados, ao processamento e ao congelamento bem como à distribuição do pescado. O pescado é comercializado principalmente para as regiões norte e nordeste do país, mas também para o exterior, tendo a Itália, Portugal e Japão como os principais mercados receptores do pescado da região.

Os dados estatísticos obtidos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego revelam que entre as cinco profissões que mais possuem estoque de mão de obra durante o ano de 2007, a primeira delas aponta para os trabalhadores de preparação do pescado (limpeza) e a quarta para os pescadores profissionais, denotando a importância deste setor para o município e a microrregião (Isper, 2007).

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Itajaí e Região, há aproximadamente 2.000 trabalhadores somente na manipulação de pescado no município de Navegantes, muito embora o

Recibido: 01/07/09 - Aprobado: 09/11/09

Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Doutorado em Sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Telefone (47) 3319-0931, Email: gui-johnson@uol.com.br. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas)-AGENCIA ITAJAI. Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Doutorado em Ciência Social – Antropologia Social - (USP). Email: neusabloemer@hotmail.com, rosemeribernardes@hotmail.com

próprio sindicato tenha destacado que não é possível conferir o número exato de trabalhadores neste setor. Isto se deve a terceirização, por meio da qual se contratam os trabalhadores por dia, na condição de trabalho informal, portanto, sem contrato ou qualquer outro registro, ou ainda, através da formação de cooperativas.

Dados coletados junto à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí indicam que o beneficiamento e a manipulação do pescado são exercidos por, aproximadamente, 90% de mão de obra feminina em toda a região da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (composta pelos municípios catarinenses de Luís Alves, Penha, Piçarras, Ilhota, Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas).

Em períodos de grandes safras, as indústrias apresentam poucos espaços para filetar grandes quantidades de peixes ou descascar os camarões. Para resolver este impasse, recorre-se ao uso de mão de obra terceirizada para a execução destes serviços, que são realizados em outros espaços conhecidos como salgas¹. As salgas estão estabelecidas em fundos de quintal onde as condições de trabalho e higiene, por vezes, deixam a desejar. Esta tem sido uma das preocupações da Secretaria Estadual da Pesca para que se mantenha a produção de pescado com qualidade.

Muito embora a maioria das trabalhadoras da manipulação do pescado sejam mulheres, os meios de comunicação, através dos noticiários locais, jornais impressos e televisivos, referem-se às atividades da pesca como uma atividade exclusivamente masculina, conferindo invisibilidade ao trabalho das mulheres que atuam junto às empresas de pescado da região.

O presente artigo trata da inserção da mulher na indústria do pescado no município de Navegantes, litoral norte do Estado de Santa Catarina, em particular das que trabalham no beneficiamento do pescado, regionalmente identificadas como “manipuladoras do pescado”. Objetivou-se conhecer como atuam essas mulheres neste processo de trabalho e como percebem o desgaste físico do seu corpo em função das atividades laborais. Essa mão-de-obra feminina se especializou através da prática adquirida na execução do próprio trabalho e é responsável pela limpeza do peixe, corte e embalagem do produto, processo este que antecede à comercialização do pescado.

Algumas observações despertaram nosso interesse para a realização da presente pesquisa. Em primeiro lugar, constatando a importância que setor pesqueiro detém na região observa-se que essa parcela significativa

1 A salga é um dos processos mais antigos de conservação de pescados. Consiste em diversas modalidades de imersão e cobertura do peixe em solução ou granulados de cloreto de sódio (sal) com a finalidade de retardar a sua decomposição, para posterior processamento industrial do alimento (Szenttamásy *et al.*, 1993; Aiura *et al.*, 2008).

de trabalhadoras persiste em precárias relações de trabalho. Em segundo lugar, observou-se que as mulheres trabalhadoras do pescador, ao retornarem das empresas para as suas residências apresentavam extremo cansaço e, por vezes, suas mãos traziam marcas de cortes, seus pés estavam inchados e suas posturas denunciavam dores corporais. Tal observação induziu a reflexão sobre os desgastes que seus corpos sofriam em decorrência do trabalho executado durante parte do dia, despertando, assim, alguns questionamentos: ¿estas mulheres percebem as marcas que trazem em seus corpos? ¿Como as percebem e como as expressam dando-lhes visibilidade?

O levantamento bibliográfico prévio apontou a escassez de trabalhos sobre a atuação das mulheres que executam atividades na indústria do pescador, instigando-nos a registrar diversos aspectos percebidos da atividade que desempenham para que possam ser incluídas nos direitos sociais que advém deste trabalho, além de contribuir no conhecimento deste processo de trabalho.

Abordagem etnográfica e as representações sociais

A abordagem da temática contou com a “subjetividade” das trabalhadoras para definir as condições de trabalho, o desgaste físico, as concepções sobre saúde, dor e sofrimento (Codo, 1994). Estas concepções na perspectiva da teoria das representações sociais constituem “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (Moscovici, 2003: 26). São conhecimentos oriundos do senso comum, da convivência cotidiana que permitem interpretar a realidade e modelar os comportamentos dos membros de uma dada sociedade, compreendendo-se ainda, numa visão antropológica, a cultura como um sistema simbólico, ou como diria Geertz (1978) uma espécie de lente através da qual os membros de uma dada sociedade interpretam e dão sentido ao seu mundo. Com tal perspectiva teórica consideramos o conceito de representações sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que concorre para a construção de uma realidade comum a um coletivo” (Jodelet, 2001: 22). Assim, os grupos sociais elaboram seus códigos culturais, regras e significados, os quais são expressos em práticas e representações sobre as mais diversas esferas sociais. No caso da presente análise conferiram-se as percepções e as representações das trabalhadoras do pescador sobre o trabalho, a saúde, o corpo, a dor e o sofrimento.

O trabalho enquanto categoria analítica reflete, não só o desgaste do trabalhador, mas também as regras e valores da sociedade. Nesta direção pode-se afirmar que na sociedade capitalista o trabalho ultrapassa a satisfação das carências e gera necessidades fora dele (Antunes, 2005: 71), estimulando o desejo de consumir determinados bens, que só podem, teoricamente, serem adquiridos a partir da produção de outros

bens, ou seja, pela execução de algum trabalho. Embora a organização do trabalho possa ser fonte geradora de sofrimento (Codo, 1994), é, paralelamente, através dele que o sujeito afirma sua identidade social e obtém o seu reconhecimento enquanto sujeito dessa mesma sociedade. Trabalhar, na sociedade capitalista também pode ser compreendido como algo valorado pelas trabalhadoras do pescado, como veremos a seguir (Saffioti e Munhoz, 1994).

O estudo exploratório de caráter etnográfico compreendeu a visita a três indústrias de pescado no município de Navegantes possibilitando, através da observação participante (Brandão, 1984), conferir o processo de manipulação do pescado, as condições de trabalho em que são realizadas as atividades, bem como as suas relações sociais. Além da observação *in loco*, foram realizadas entrevistas com 20 operárias em suas próprias residências, com o propósito de preservar a identidade das informantes e, paralelamente, permitir que pudessem expressar com liberdade suas impressões e sentimentos sobre o trabalho que executam e sobre as condições físicas do local em que efetuam a atividade laboral. Esta técnica viabilizou conferir as condições socioeconômicas e culturais das entrevistadas, bem como o contexto local através do conhecimento sobre o bairro em que residem.

As entrevistas realizadas em suas casas as colocaram em situação de liberdade e conforto para falar, por vezes, por mais de duas horas sobre o seu trabalho, as suas relações familiares, objetivos e sonhos num diálogo que vislumbra identificar e caracterizar as experiências vivenciadas por estas trabalhadoras. Neste espaço se revelaram as semelhanças e diferenças, as coerências e as aparentes contradições cheias de significados significantes (Bourdieu, 1989). Esta experiência viabilizou diálogos ricos em saberes e reflexões que compunham o conhecimento daquelas mulheres, como partes de um processo de construção coletiva, como anuncia a teoria das representações sociais (Moscovici, 2003; Minayo, 1998). As entrevistas semi-estruturadas (Minayo, 2000) abordaram questões relativas às percepções das trabalhadoras sobre o corpo e a saúde, as condições de trabalho, bem como a identificação da situação socioeconômica, privilegiando aprofundar a comunicação, mas respeitando-se a disponibilidade das próprias entrevistadas.

A seleção das entrevistadas para a abordagem de caráter qualitativo² incluiu na amostra apenas as mulheres que exercem a atividade há pelo menos um ano, critério este fundamental para a obtenção do conhecimento do processo de trabalho em que estão inseridas. Além disso, abordaram-se as que espontaneamente se dispuseram a responder aos

2 A perspectiva metodológica adotada tem como referencial teórico as representações sociais, que como aponta Queiróz permite “uma abordagem compreensiva em que se percebe o ator social como um agente que interpreta o mundo à sua volta com uma atitude que contém intenções e, portanto, projetos de ação” (2003: 19).

nossos questionamentos facilitando assim, a aproximação entre entrevistador e entrevistado.

A análise dos dados privilegiou a compreensão e interpretação dos significados das falas das informantes em termos do seu conteúdo e da constituição dos mesmos expressos nas representações sobre a saúde e o trabalho tendo como referencial o contexto sociocultural das manipuladoras de pescado.

Caracterização das trabalhadoras:

O município de Navegantes tem sido alvo de atração por parte de famílias que buscam no emprego da manipulação de pescado uma possibilidade de melhorar suas condições sociais (Medeiros da Silva, 2006). A abordagem foi realizada no ano de 2004, sendo que das entrevistadas³ apenas 17% são oriundas do município de Navegantes enquanto 83% delas vieram de outras cidades de Santa Catarina ou até mesmo de outros estados.

Por tratar-se de uma oferta de trabalho que não exige experiência ou qualquer outra qualificação, o trabalho com o pescado tornou-se um atrativo para as pessoas com baixo nível de escolaridade. Entre as entrevistadas, 38% estudaram de 1ª a 4ª série, 31% de 5ª a 8ª série, 8% 2º grau e 23% não estudaram em nenhum momento da vida.

A idade destas trabalhadoras varia entre 21 e 49 anos, havendo maior concentração de trabalhadoras na faixa etária entre 30 e 40 anos. O estado civil das entrevistadas identificou 8% solteiras, 23% separadas, 69% delas vivem com seus companheiros, muito embora a relação conjugal possa não ser muito estável, como elas próprias revelaram. Esta instabilidade as estimula a buscar no trabalho fora do âmbito doméstico a garantia do sustento de seus filhos e alguma qualidade de vida, não apostando, exclusivamente no suporte do companheiro para manter seus filhos, mas por iniciativa própria criam situações de auto-sustentabilidade.

Quanto ao número de filhos 69% destas trabalhadoras tem até três filhos e 31% mais de três filhos.

Vale lembrar ainda que embora tenhamos encontrado famílias em “estado de pobreza”, há entre estas, aquelas que se orgulham em dizer que trabalham no peixe atraídas pelo salário que recebem e que, acrescido ao salário do marido, permite melhorar suas condições de vida obtendo algum conforto.

Eu e meu marido trabalhamos no peixe. Quando chegamos aqui, não tinha nada. Hoje temos 2 casas, carro, posso dizer que estamos

3 Para identificar as entrevistadas e, ao mesmo tempo, manter o sigilo necessário utilizamos a nomenclatura E1, E2, E3, etc., seguido da indicação da idade informada, por entender que ela reflete, ainda que indiretamente, a experiência das nossas interlocutoras com esse trabalho manual.

bem. Só eu tiro em torno de R\$ 800,00 a R\$1000,00 por mês (E1 - 37 anos).

Entretanto, a média de salário obtido por estas trabalhadoras é de quinhentos a seiscentos reais mensais, quando apresentam “boa produtividade”, como ressaltaram.

Compreendendo o processo de manipulação do pescado

A descrição da dinâmica do trabalho é decorrente da abordagem etnográfica, de caráter exploratório, decorrente do diálogo com diversos trabalhadores envolvidos nas tarefas. O trabalho da manipulação do pescado inicia com a chegada do barco de pesca no cais da indústria abarrotado de várias espécies de pescado, cobertos com muito gelo para sua conservação. A manipulação do pescado é um dos processos de beneficiamento do pescado em que o peixe é manuseado um a um. Faz parte desse processo a retirada das escamas, das vísceras seguida dos cortes, da retirada da cabeça, das nadadeiras, abrindo-se depois o peixe ao meio sem separá-lo e finalmente, a filetagem, que consiste em cortar o peixe em forma de filé. É também considerado manipulação do pescado todo o manejo do pescado, congelado ou não.

No setor de descarga, homens e mulheres trabalham juntos para que o pescado fique o mínimo possível exposto à temperatura ambiente, fora do gelo. O peixe é retirado do barco em grandes cestos, geralmente com a ajuda de um guindastre e colocado em uma esteira com água corrente para que seja executada a primeira lavagem do pescado. Neste momento exigem-se do trabalhador rapidez manual, observação visual e muita atenção para que se efetue a separação do pescado por espécie e tamanho, provocando grande desgaste físico porque esta tarefa é executada de pé e por várias horas ininterruptas.

Após a lavagem e a separação, o pescado é colocado em caixas plásticas e transportado para o setor de pesagem. Novamente, demanda-se muito esforço físico, porque as caixas devem estar bem cheias, tornando-as muito pesadas. Normalmente esta atividade é realizada por homens.

Depois de pesado, o pescado é transportado em caixas, manualmente para uma câmara de resfriamento, onde permanece por poucos minutos, para que não seja congelado. A tarefa consiste em colocar e retirar o pescado na câmara fria. O trabalhador expõe, nesta ação, o seu corpo a grandes variações de temperatura porque efetua muitas entradas e saídas nas câmaras frias.

Após o resfriamento o pescado é novamente carregado pelo trabalhador, manualmente ou por esteira (dependendo do porte da indústria) para o setor de limpeza, corte ou filetagem de peixe. A filetagem consiste em transformar o pescado em filé. Neste setor encontramos várias mesas e próximo delas muitas torneiras com água corrente, água esta trata-

da pela própria empresa, atendendo às exigências estabelecidas pelo Ministério da Agricultura (órgão que controla a qualidade do produto). Destas exigências consta que a água deve receber maior quantidade de cloro do que a água fornecida para ingestão humana, a fim de garantir a qualidade da água e conseqüentemente do produto. Estas atividades são exercidas em grande maioria por mulheres.

Nesta primeira fase da manipulação do pescado, as mulheres trabalham por várias horas de pé, com as mãos debaixo de uma torneira em que escorre, permanentemente, a água corrente e neste momento, trabalham com facas muito afiadas. Maior parte das trabalhadoras não usa luvas como equipamento de segurança durante a execução desta atividade. Os riscos de cortar as mãos com a faca são grandes, havendo ainda a possibilidade de machucarem as mãos com as escamas e as espinhas dos peixes. O local de trabalho é um ambiente frio e muito úmido, porque o pescado está sempre gelado e há muita água escoando para auxiliar na retirada dos resíduos.

Após a filetagem o pescado é transportado para o túnel ou câmara de congelamento onde a temperatura pode variar entre 30°C e 40°C negativos. A entrada do trabalhador nas câmaras é realizada utilizando-se roupas apropriadas para as baixas temperaturas e a permanência no interior da câmara não deve ser superior a 15 minutos. Neste processo o pescado é carregado em caixas para as câmaras, com auxílio de máquinas ou carrinhos de mão, mas não dispensa o esforço físico dos braços para acomodar as caixas empilhando-as uma em cima das outras para que possa ser transportado pela máquina até a câmara. Por ser este manuseio uma atividade que exige muita força física é realizado por homens.

O pescado retorna das câmaras frias congelado, em caixas de plástico (PVC) e recebe outro banho de água em grandes tanques que contém água fria para que seja novamente congelado. A operação exige muito esforço físico e exposição às baixas temperaturas por parte dos trabalhadores. É possível observar um movimento rápido de mãos, braços e pernas num esforço repetitivo provocando um grande desgaste físico do operário.

Nesta mesma seqüência o pescado segue sendo manuseado um a um. Neste momento do processo, os operários não utilizam luvas de proteção, deixando-os expostos ao frio que a temperatura da água lhes impõe. Esta ação exige, sobretudo, destreza manual exatamente porque o produto se apresenta congelado. Com os banhos e congelamentos alternados o pescado absorve aproximadamente 10% de água, tornando-se mais firme e mais pesado, mas também de mais difícil manuseio. Este banho tem por finalidade acrescentar maior renda ao produto, por exemplo, no caso do camarão, a absorção da água pode chegar a um acréscimo de 40% no peso final do produto.

No setor de embalagem, o pescado é classificado por espécie para posteriormente ser embalado. No caso do filé de pescado é embalado um a um, manualmente, separando-os por plásticos e, em seguida, são empacotados em caixas de papelão.

As caixas de papelão em que o pescado foi acondicionado são carregadas com o esforço dos braços ou nos ombros dos operários até as câmaras frias, que apresentam temperaturas entre 25°C e 30°C negativos. O corpo mais uma vez fica exposto a consecutivas alterações de temperaturas.

Há que se registrar, ainda, que por vezes, observou-se que próximos das mesas de corte estão as câmaras frias que, quando são abertas, liberam o ar frio do congelamento, alterando a temperatura do ambiente e provocando um choque térmico nos corpos das operárias que se encontram trabalhando nas mesas de corte.

As representações das trabalhadoras do pescado sobre a dor e a saúde

As condições precárias de trabalho na qual atuam as manipuladoras foram ressaltadas não apenas pelas entrevistadas, mas também pelos empresários, proprietários das empresas, que reconhecem que o cotidiano dentro da indústria de beneficiamento do pescado pode ser desencadeador de uma série de doenças. A exposição do corpo das trabalhadoras ao frio, à umidade, ao barulho e a longas jornadas de trabalho contribuem para a presença das dores e sofrimentos percebidos por essas mulheres.

Vários são os tipos de doenças que podem surgir no ambiente de trabalho como revelam os estudiosos sobre esta temática⁴, desencadeando alterações na saúde dos trabalhadores ou até mesmo agravando problemas já existentes, adquiridos fora do ambiente de trabalho, tanto de origem biológica quanto psicossocial.

Estudos têm mostrado que o corpo manifesta linguagens que merecem ser interpretadas em seus contextos sociais e culturais. Não se pretende aqui historicizar as abordagens antropológicas sobre o corpo, mas apenas lembrar que o corpo é instrumento revelador de cultura, que ex-

4 Os estudos que privilegiam a discussão sobre o trabalho e suas conseqüências para a saúde dos trabalhadores revelam que a sociedade moderna vem construindo novos desgastes corporais que interferem diretamente na saúde do trabalhador. Por outro lado, estes mesmos estudos também constatam que há ainda dificuldades de se reconhecer tais desgastes em termos da legislação e quando estas existem na sua aplicabilidade para que o trabalhador seja compensado em seus direitos trabalhistas e sociais. Nesta perspectiva incluem-se as análises de Sontag (1984); Cohn *et al.* (1985); Maeno e Carmo (2005); Codo (1994); Mendes e Dias (1991); Rocha, Rigotto e Buschinelli (1994); Mendes (1996); Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997; 1999); Ramazzini (2000), entre outros.

pressa significados construídos por diferentes segmentos sociais⁵. Os estudos antropológicos relativos às questões corporais contam com a contribuição primeira de Mauss (1974), para quem toda a expressão corporal deve ser aprendida, ressaltando que há uma interdependência entre os domínios físico, psicossocial e cultural.

Para além da cultura, há que se ressaltar as condições de trabalho nas quais as manipuladoras do pescado exercem suas atividades, semelhante ao que constatou Beltrão a respeito das trabalhadoras da castanha no Pará, “o trabalho, em virtude das condições em que é realizado, é sempre apresentado com forma contínua de desgaste e destruição do único bem que dispõe a operária: seu corpo” (1982: 75).

Embora não se possa atribuir apenas às condições de trabalho o elemento desencadeador de todos os males corporais, como lembram Adam e Herzlich (2001: 51), “a variabilidade dos estados de saúde não se pode resumir a um problema [...] existe uma imbricação entre os fenômenos biológicos e sociais e, na maioria das vezes, torna-se necessário pensar em termos de ‘causalidade em série’ para explicar as condições de saúde”. Entretanto, pode-se conferir no caso das trabalhadoras do pescado que estas atribuem como causa primeira de vários distúrbios de sua saúde as atividades de manipulação do pescado anunciadas em suas dores e sofrimentos.

O sofrimento, por ser um constructo sócio-cultural e psicossocial é identificado e percebido de forma diferenciada por membros de uma dada sociedade, ainda que estejam partilhando das mesmas condições no local de trabalho. Ou seja, o que parece sofrimento para um pode até mesmo ser percebido como prazer e satisfação para o outro, havendo, portanto, percepções que dizem respeito ao indivíduo.

Na construção sócio-cultural a dor e o sofrimento podem ser identificados com características específicas havendo distinção entre a dor e o sofrimento, enfatizando-se que

[...] do ponto de vista conceitual, sofrimento e dor não se confundem, mas também não se distinguem com facilidade, da mesma forma que não se pode separar a frente e o verso de uma folha de papel. [...] Frutos de uma visão dicotômica, a palavra sofrimento tem sido associado ao psíquico, ao mental ou à alma, enquanto a palavra dor, geralmente é remetida a algo localizado no corpo. Tanto é, que diante da afirmação ‘estou com dor’, a pergunta imediata é: onde? (Brant e Minayo-Gomes, 2004: 215).

Assim, o trabalho pode representar sofrimento ou satisfação; já as condições em que as atividades são desenvolvidas podem ou não provo-

5 Sobre as diversas abordagens teóricas que vem sendo desenvolvidas pela Antropologia sobre o corpo e suas concepções, veja-se, por exemplo, o trabalho de Almeida (1996).

car a dor⁶. Além de ser percebida enquanto sensação corporal, a dor pode, objetivamente, ser sentida em decorrência de ações cotidianas realizadas em atividades laborais ou não.

Especialistas da área da saúde consideram a dor como “uma espécie de alerta que chama a atenção sobre uma lesão de tecido ou um mau funcionamento fisiológico” (Weinaman *apud* Helman, 1994: 165). Mas a dor não é constituída somente pelo papel biológico que representa; ela é também uma reação influenciada por fatores sociais e culturais-razão pela qual o comportamento decorrente da dor pode variar de indivíduo para indivíduo, de cultura para cultura apresentando percepções diversificadas. Então, ao expressar a dor, os indivíduos estão manifestando reações biológicas permeadas por fatores sociais, culturais e psicológicos.

Não se pode deixar de mencionar que tanto as definições de “saúde”, quanto às de “doença” variam entre os indivíduos, os grupos culturais e as classes sociais. Mas, a Organização Mundial de Saúde definiu a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade” (*apud* Helman, 1994: 105). Portanto, referindo-se a este estado de completo bem-estar físico, que nossas entrevistadas expressaram suas dores, os seus desconfortos em relação ao seu próprio corpo.

Já tive dor de cabeça, principalmente da máquina. É muito barulho. Também dor nas costas, nas pernas, nos braços. A manipulação mexe muito com os braços (E2-18 anos).

Tenho dor na coluna. Dá problema nas costas. Deve ser porque pego peso. A gente pega pra botar em cima da mesa, trabalha toda vida de pé, não senta (E3-24 anos).

[...] às vezes chego com o braço tão doído que dou de mamar deitada pra não ter de segurar ela, é muito ruim pra nós duas (E4-22 anos).

[...] quando é muito frio, tenho muita gripe, é uma atrás da outra (E5-46 anos).

Sinto muito as mãos, água muito gelada no inverno é muito frio, as mãos congelam, dá reumatismo (E6-21 anos).

No relato das mulheres manipuladoras do pescado, estas se referiam à dor enquanto percepção expressa através da sensação corporal. A dor é compreendida por elas, em grande parte, como consequência das atividades exercidas na indústria, especialmente como decorrência das

6 É indispensável salientar, que decorrente da carência ou debilidade de resistências coletivas organizadas, o prazer que pode ser sentido no trabalho alienado ergue-se em indispensável instância de saúde mental individual, pois seria insustentável qualquer trabalhador persistir cotidianamente a uma situação na qual nada há de bom (Dejours; Dessors; Desrioux, 1993; Codo, 1994).

mudanças bruscas de temperatura, do esforço físico e dos movimentos repetitivos a que se submetem enquanto realizam seu trabalho. Em seus depoimentos revelaram que a dor está sempre presente, é sentida cotidianamente, e os motivos atribuídos a ela são os mais variados mesmo na execução do mesmo tipo de atividade.

Muito embora as gripes e resfriados possam ser adquiridos em qualquer ambiente, na percepção destas trabalhadoras sua causa primeira são as condições e a própria atividade de trabalho, cujo local as submete às alterações bruscas de temperaturas. Por outro lado, há outros desconfortos corporais que estão diretamente relacionados ao processo de trabalho, como as dores nas costas, pernas e braços decorrente de atividades que exigem do corpo esforço físico na repetição de movimentos.

Os movimentos repetitivos com as mãos e os braços e a má postura também contribuem, como tem sido indicado por diversos pesquisadores, para o desenvolvimento de Lesões por Esforço Repetitivos (LER).

Quando trabalho muito dói os braços, de tanto repetir muitos movimentos (E5-46 anos).

O trabalho no peixe é difícil, força muito as mãos. Mexer com aquela faca sempre do mesmo jeito o dia todo não é fácil. Às vezes à noite quando vou dormir tenho que fazer massagem nas mãos porque as mãos parecem adormecer (E7-22 anos).

Castro *et al.* (1994) apontam alguns fatores que contribuem para o desenvolvimento dessa síndrome, tais como: rapidez de movimentos, sobrecarga de determinados grupos musculares, uso de instrumentos inadequados para realização do trabalho, ainda a ausência de ações preventivas que pudessem minimizar e até mesmo evitar a presença de tais distúrbios.

O trabalho repetitivo exige esforço físico significativo, sendo realizado no caso das manipuladoras do pescado com alterações de temperatura, ora em água muito fria, ora em água com temperatura mais amena. Em decorrência das condições inadequadas do trabalho, 85% das entrevistadas afirmaram sentir dor mesmo enquanto executam o trabalho. A dor neste caso é um fenômeno coletivo, do qual todas as entrevistadas fizeram menção.

Para minimizar as alterações no estado de saúde dessas operárias são recomendadas medidas de proteção tais como o uso de botas, luvas, roupas quentes, entretanto, tais equipamentos devem ser providenciados pelas próprias trabalhadoras que, em sua maioria, não disponibilizam de recursos para adquiri-los:

Você está concentrada cortando peixe, quando você vê a luva está rasgada e o dedo cortado. Olha só o meu dedo, está até amarelo, cortei hoje no espinho, às vezes nem é a faca é o danado do espinho do peixe. Meu dedo está latejando [...] Isso é coisa que acontece e aí,

pra você não ter que pagar mais um par de luvas, você fica quieta e continua trabalhando (E8-48 anos).

Quem começa e não tem prática se corta muito, tem que trocar a luva 3 a 4 vezes no dia. Volta e meia se escuta falar que fulana está de licença porque está com a mão ponteada. Eu já aprendi, levo sempre a minha luva de pano aí eu uso a de látex e a de pano pra proteger mais (E9-38 anos).

Já fiquei quinze dias sem trabalhar, cortei a mão e custou sarar. Até pra fazer as coisas em casa foi difícil. Lavar roupa nem pensar. Minha vizinha que lavava pra mim (E10-28 anos).

Destaque-se que o manuseio rápido da faca afiada, aliado à imprecisão de algum movimento, poderá resultar em cortes nas mãos e nos dedos. Este é o acidente de trabalho mais freqüente ou mais reconhecido por estas trabalhadoras, principalmente para as iniciantes que ainda não adquiriram a prática em lidar com as facas.

É importante frisar, a partir desses discursos, que as condições de trabalho a que estão submetidas lembra aquelas que os trabalhadores vivenciaram no século XIX, pois, ao não se exigirem qualificações específicas, suas habilidades difusas remetem aos atributos típicos do artesão completo (Hobsbawm, 1981). À semelhança do que é possível observar com relação ao trabalho portuário, particularmente dos estivadores, “são peculiaridades do setor que fazem do saber e da experiência, acumulados pelos trabalhadores, fatores ainda indispensáveis ao andamento do trabalho” (Colbari, 2001: 393).

A freqüência de acidentes no trabalho acaba sendo naturalizada pelas trabalhadoras:

Se cortar é normal para quem trabalha no peixe. Olha só: a minha mão é cheia de sinal. As facas estão sempre afiadas (E8-48 anos).

No que concerne às partes do corpo mais afetadas pela dor, as mulheres mencionaram: os braços, as mãos, as pernas, os rins, a cabeça e as costas. Além de perceberem a dor que o trabalho provoca em seus corpos, há ainda a constatação de que sua saúde, de um modo geral, também está sendo afetada, ao relatarem, por exemplo, as alterações em relação ao período menstrual:

Já tive muita cólica forte, dor na barriga, por causa do frio e de carregar muito peso perdia bastante sangue, ficava duas semanas menstruada, sangue forte (E11-34 anos).

Sinto muita dor nos rins, quando não trabalho, não sinto (E12-21 anos).

Tenho muita dor na barriga, a gente passa o dia com a barriga encostada naquela mesa molhada, a roupa molha e esfria a barriga, daí quando está naqueles dias a cólica é demais (E13-25 anos).

A concentração intensa em termos do tempo do trabalho na indústria só é interrompida pelo exíguo tempo destinado ao almoço, como expressam em seus depoimentos:

Só paro no meio-dia. É uma hora de almoço. Meio-dia a gente vai pra fila do almoço, fica meia hora esperando e a uma hora a gente tem que estar lá dentro” (E2-18 anos).

Outras ainda lembram que são premidas pelas necessidades fisiológicas:

[...] às vezes fujo pra ir ao banheiro, fumar um cigarrinho, mas a be-xiga já está estourando e aí aproveito pra descansar um pouquinho (E5-46 anos).

Portanto, o trabalho ininterrupto, além de afetar de várias formas o corpo das trabalhadoras, denuncia anomalias fisiológicas, mudanças no funcionamento do seu organismo, como a desregulação dos ciclos menstruais; da mesma forma, as constantes dores expressam alguma disfunção de seu corpo. Estas trabalhadoras do pescado denunciam suas dores corporais e os maus tratos que sofrem seus corpos no processo de trabalho, revelando que as queixas se assemelham em termos fisiológicos, mas, por outro lado, há uma resistência que se poderia atribuir a fatores sócio-culturais e econômicos que as encoraja a permanecerem em tais atividades, como veremos a seguir.

As condições socioeconômicas das trabalhadoras

Durante as horas em que mantivemos nossa conversa com as entrevistadas, por vários momentos foi possível perceber que as mesmas reconhecem, identificam, manifestam que existe a possibilidade de adoecer devido às condições em que executam as suas funções na indústria. Porém quando questionadas se já deixaram de trabalhar por problemas de saúde, as respostas se alternam. Constata-se que 69% das trabalhadoras entrevistadas não faltam ao trabalho por motivo de doença podendo-se induzir que há certa “resistência” em reconhecer o estado “doentio” de forma pública, ainda que, intimamente estejam conscientes das dificuldades que seu corpo apresenta na execução do trabalho. Há que se registrar, como constatou Antunes (1992), que o corpo do trabalhador é seu instrumento de trabalho, e reconhecê-lo como “doente” pode representar a inviabilização, em muitos casos, da realização do seu próprio sustento e de seus familiares. Neste sentido, a saúde é um bem necessário e condição fundamental para a realização do trabalho, valorado, como indica a expressão, que “quem tem saúde, tem tudo na vida” (E9-38 anos). Para estas trabalhadoras a idéia de saúde é alienada do indivíduo e apropriada pelo meio social via capacidade de trabalho, opondo-se às percepções das camadas sociais superiores.

O corpo, para além de conceber os processos biológicos, é um reflexo da sociedade e, no caso específico, é reflexo das condições sociais

destas trabalhadoras que integram a sociedade capitalista. Nesta, entre as classes populares o corpo é pensado como um instrumento de trabalho e, um corpo doente torna-se incapacitado de produzir tendo como consequência primeira a falta de salário no final do mês, como indicam as falas das entrevistadas.

Aqui, quem não trabalha não tem salário. A gente ganha pelo que produz, não tem dia de chuva, de sol, com dor ou sem dor. Se precisa, tem que trabalhar (E14-46 anos).

Eu trabalho até as seis (18:00 h) e às vezes preciso ficar até às sete (19:00 h). Preciso fazer mais horas pra ganhar um pouco mais, quem não trabalha não recebe (E15-38 anos).

A classe trabalhadora, portanto, deixa de mencionar problemas relativos à sua saúde porque “*estar doente*” significa “*incapacidade para trabalhar*” (Minayo, 2000: 185). Concordando com a autora, observa-se que na sociedade capitalista moderna a doença freqüentemente pode ser percebida como castigo, miséria, pois saúde é sinônimo de fortuna, riqueza. O corpo é visto como um gerador de bens, força do trabalho.

As trabalhadoras do pescado não temem apenas o afastamento do trabalho por um curto espaço de tempo, mas temem especialmente, o tratamento prolongado:

Quando fico doente, a gente se esforça para trabalhar, não tem como ganhar atestado. Minha colega ficou internada uma semana e eles nem pagaram. Por isso o dono já fala: se quer trabalhar aqui é por livre e espontânea vontade, senão pode procurar outro serviço (E14-46 anos).

A negação de doenças conduz a fazer com que as trabalhadoras obriguem-se a trabalhar em condições de flagrante fragilidade, expondo-as a maiores riscos (Braga, 1965). Em decorrência da necessidade de executar o trabalho para perceber o pagamento correspondente à produção, as trabalhadoras do pescado revelam que têm uma postura pouco preventiva em relação à saúde, sendo que 85% delas não buscam o recurso médico diante da presença da dor. Como expressam:

Depende, só se estiver muito mal, aí eles me levam de arrasto, se não eu não vou (E12-21 anos).

É difícil, agüento até o último. Espero agravar, se não, não vou (E5-46 anos).

É bem raro ir ao médico, a gente cura assim, com remédio caseiro (E16-31 anos).

Depende, se for gripe e essas coisas assim... Senão tomo remédio em casa mesmo (E2-18 anos).

Semelhante ao que temos constatado no presente trabalho, Adam e Herzlich (2001: 58) também indicaram em suas pesquisas junto aos trabalhadores da França que “a busca de cuidados médicos por parte das classes populares é do tipo curativo: os motivos da consulta são, normalmente, mais graves e hospitalização mais freqüentes”. Esta postura se deve ao fato de “o corpo ser pensado, representado e possível de leituras diferenciadas de acordo com o contexto social” (Ferreira, 1994).

Por conseguinte, por motivo prioritariamente econômico, estas trabalhadoras não faltam ao trabalho e insistem em trabalhar mesmo com dor, recorrendo muitas vezes aos recursos alternativos, como remédios caseiros, por acreditarem em sua eficácia, mas também, por se verem impedidas financeiramente de adquirir os medicamentos alopáticos receitados pelos médicos.

Conscientes de suas dores, ainda assim, nem todas as trabalhadoras do pescado julgam este trabalho apenas um sofrimento, há também, compensações:

Adoro, toda vida trabalho no peixe. Prefiro o peixe que trabalhar de empregada doméstica (E14-46 anos).

Gosto do que faço, é trabalho e divertimento ao mesmo tempo (E16-31 anos).

[...] é a única coisa que sei fazer (E3-24 anos).

Assim, é preciso considerar que as interferências do trabalho em seu próprio corpo, em sua saúde, não as impede de apontar aspectos positivos no tipo de atividade que executam, estabelecendo preferência, por exemplo, em relação ao trabalho doméstico, atribuindo ao trabalho fora de casa, uma oportunidade de se relacionar com o “mundo da rua” e não apenas da casa, reconhecendo que se trata de espaços que são complementares, como diria DaMatta, na medida em que em ambas “demarcam fortemente mudanças de atitude, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação de todos os membros de nossa sociedade” (1985: 41).

A manipulação do pescado é um trabalho que tanto é percebido como a possibilidade de complementação da renda, ou como uma atividade que se sentem habilitadas a executar, ou ainda, porque é prazerosa, estabelecendo uma relação de equilíbrio psíquico (Dejours, Dessors e Desriaux, 1993), posturas estas que as induz a naturalizar as condições de desgaste do corpo, atribuindo um outro significado ao trabalho, como meio idealizado que permitirá a aquisição da casa própria ou a conquista de um melhor padrão de vida.

Pressionadas a produzir muito para que seus rendimentos econômicos sejam melhorados, as mulheres não apenas trabalham de forma

intensiva, mas, também, por horas quase ininterruptas, como já mencionado. Falam da produtividade ora, com orgulho e ora, com desdém:

A que menos produz, faz em média 300 kg de filé por dia (E17-22 anos).

[...] a minha encarregada disse que é difícil de achar uma pessoa que tenha tanta capacidade de se dar tão bem no peixe que nem eu. Eu produzo muito (E18-38 anos).

A exigência de produtividade por sua vez demanda das mulheres trabalhadoras na manipulação de pescados longas jornadas de trabalho. Cumprem jornadas que ultrapassam as oito horas diárias, podendo chegar a 12 horas, prática esta condenada pela legislação trabalhista. Resalte-se ainda, que ao retornarem para as suas casas, essas mulheres deparam-se com a jornada dos afazeres domésticos:

Eu levanto às seis horas da manhã pra pegar o trabalho às sete e chego em casa às sete da noite. Aí é dar banho num, dar comida pro outro, lavar roupa, arrumar a casa. É cansativo, mas tem que fazer as coisas (E19-30 anos).

É pois, no espaço doméstico que se “garante a esfera da reprodução societal, esfera do trabalho não diretamente mercantil, mas indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital” (Antunes, 2005: 61), espaço este em que as mulheres se sentem profundamente comprometidas com suas famílias, minimizando, por vezes, a exaustão de seus corpos.

Em parte, este esforço se deve aos seus objetivos primeiros, ou seja, as horas extras são suas aliadas na estratégia para aumentar a renda familiar e por esta razão ganhar por produção. Na perspectiva de algumas mulheres é um bom atrativo:

Se der para fazer hora extra fazemos, quanto mais eu faço, mais eu ganho, né? (E20-32 anos).

Faço hora extra sim, ganho por produção, né? Ganho mais. Só com as extra consegui dar entrada na geladeira (E8-48 anos).

A sociedade capitalista regida pela produção e pelo consumo, é neste contexto que as trabalhadoras do pescado anseiam por conseguir adquirir alguns bens de consumo, ainda que tenham que expor seus corpos aos limites da sua resistência física.

É pois na organização do trabalho da sociedade capitalista, a exemplo do que indicou Foucault (1979) para as instituições totais, que se treinam tanto os indivíduos quanto os seus corpos para atender às demandas desta mesma sociedade. Neste sistema o corpo pode ser tratado enquanto objeto “[...] que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (1977: 125).

Produzir “bem” e com habilidade é identificado por alguns empresários do setor como “talento de mulher” (Marcondes *et al.*, 1998). Ou seja, a produtividade conduz a “segregação ocupacional”, pois, dada, neste caso, a desqualificação do trabalho feminino acaba, em grande parte, direcionando a mulher para postos de trabalho mal remunerados e em condições de execução precárias, tal como a atividade executada pelas manipuladoras do pescado.

Considerações Finais

As características das condições de trabalhos das manipuladoras de pescado permitem refletir que essa categoria parece não ter passado pelo taylorismo-fordismo, nem mesmo inserido em reestruturação produtiva. A precariedade nas relações de trabalho em termos de insegurança empregatícia e de salubridade remonta aos alvares do capitalismo, desconhecendo as conquistas que marcaram a passagem pelo século XX. A prevalência de habilidades motoras, a dispensável qualificação e a valorização das relações pessoais no âmbito do trabalho conferem características de tradicional à organização desta categoria de trabalhadores.

Constatou-se que as condições de trabalho das manipuladoras do pescado em muito se assemelham às de outras indústrias. Em primeiro lugar, a exigência que se impõe para que se obtenha do trabalhador o máximo de produtividade. Esta prescrição própria do sistema capitalista acaba impondo aos trabalhadores uma sobrecarga de trabalho que foi, muitas vezes, interpretada por estas trabalhadoras como uma necessidade para a manutenção e complementação da renda familiar. Nestes casos, o trabalhar muito é percebido e valorizado como algo que lhes permite melhorar suas condições de vida, incorporando um ritmo de trabalho exaustivo e trazendo conseqüências danosas para a saúde destas trabalhadoras.

Para além do ritmo extenuante, há que se mencionar ainda que as condições de trabalho também apresentam inadequações para a preservação da saúde, quer porque trabalham sem as devidas proteções nas mãos que poderiam diminuir cortes, quer pela permanência de pé por longas jornadas em espaço insalubre, quer pelas alterações de temperatura, por vezes, insuportáveis para os seus corpos, que expressam dores de várias ordens, no aparelho respiratório e urinário.

Muito embora as mulheres manipuladoras do pescado tenham consciência destas dificuldades, demonstraram que sua preocupação primeira é a subsistência e a busca da satisfação das necessidades da família. Esta atitude pode ser desencadeada por um sentimento próprio da mulher contemporânea -restrita às classes pobres- que se encontra inserida no mundo do trabalho, acumulando tanto as atividades rotineiras desenvolvidas no grupo doméstico quanto àquelas necessárias à manutenção do mesmo.

A sobrecarga do trabalho pode acarretar o adoecimento do corpo que chega, às vezes, de forma “imperceptível” e aos poucos passa a fazer parte do cotidiano, e ao constatarem que seu estado de saúde está alterado, ainda assim adiam suas consultas médicas suportando e naturalizando a dor e o sofrimento como parte da vida.

As mulheres trabalhadoras do pescado são contratadas como trabalhadoras desqualificadas enquanto mão de obra, com baixos salários, mas, contraditoriamente, suas habilidades são ressaltadas positivamente, como possuidoras de habilidades “inatas”. Por esta razão, são preferidas em relação aos homens para executar a manipulação do pescado, por serem “naturalmente” habilidosas e cuidadosas, porque quanto mais ágeis, maior será a produtividade, o que é valorizado pela empresa. Isto constitui um trabalho de trajetória histórica precário, inclusive pela informalidade do vínculo empregatício e pela remuneração vinculada exclusivamente à produtividade.

Na contemporaneidade a informalidade, freqüentemente associada à precarização, é um fenômeno generalizado na América Latina (Stallings e Weller, 2005). Mas, o que foi possível identificar no caso das manipuladoras de pescado é a perenidade dessa situação, pois a atividade pesqueira é uma das mais antigas da região, e é de se surpreender que até o momento a precaridade não tenha mudado.

Não constatamos a presença de organização por parte destas trabalhadoras para reivindicar direitos relativos às condições de trabalho ou aos preços pagos pelo trabalho. A relação predominante pode ser sentida quando os proprietários das empresas pesqueiras de antemão estabelecem “trabalha no pescado quem quer”. Ou seja, a baixa qualificação destas trabalhadoras as deixa de mãos atadas em termos de escolha de outras profissões, razão pelas quais se submetem ao trabalho exaustivo. Por outro lado, não se conferiu nenhuma ação por parte do poder público local no sentido de coibir as más condições de trabalho e fazer valer os direitos destas trabalhadoras. Aliás, a presença da organização do trabalho através de cooperativas⁷, presentes no caso da manipulação do pescado, tem levado à exploração e ao aviltamento na medida em que inibe o reconhecimento e aplicação dos direitos trabalhistas.

Referências

Adam, P. e Herzlich, C. (2001). *Sociologia da doença e da Medicina*. Bauru, SP: EDUSC.

Aiura, F.S. *et al.* “Conservação de filés de tilápia-do-nilo (*Oreochromis niloticus*) em salga seca e salga úmida”. *Arquivo Brasileiro de*

7 Para aprofundar as discussões em torno da precarização das relações de trabalho vinculadas à organização em cooperativas consultar, entre outros, Tedesco e Campos (2001) e Cattani, 2003.

Medicina Veterinária e Zootecnia, Dez 2008, vol.60, n.6, pp.1531-1537.

Almeida, M. V. de (1996). “Corpo Presente: Antropologia do corpo e da incorporação”. Em: Almeida, M. V. De (Org.) *Corpo Presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oeiras, Portugal: Celta Editora.

Antunes, R. (1992). *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista (as greves de 1978/80)*. 2 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp.

Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Beltrão, J. F. (1982). Mulheres da Castanha: um estudo sobre o trabalho e o corpo. Em: Bruschini, M. C. e Rosemberg, F. *Trabalhadoras do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, pp.67-109.

Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Braga, M. de C. (1965). *Moléstias profissionais e doenças do trabalho*. São Paulo: Ed. Áries.

Brandão, C. R. (1984). *Pesquisa Participante*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense.

Brant, L. C. e Minayo-Gomes, C. (2004). A transformação do sofrimento em adoecimentos: do nascimento na clínica à psicodinâmica do trabalho. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.9, n.1, p. 213-223.

Castro *et al.* (1994). Mulher, mulher: saúde, trabalho, cotidiano. Em: Alves, P. C. e Minayo, M. C. de S. (Orgs.). *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Cattani, A. D. (2003). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.

Codo, W. *et al.* (1994). *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes.

Cohn, A. *et al.* (1985) *Acidente de trabalho: uma forma de violência*. São Paulo, Brasiliense.

Colbari, A. (2001). Confronto e negociação: a tradição e o corporativismo moldando a resistência sindical portuária às mudanças nas relações de trabalho. In: Sobral, F. A. da F. *et al* (org.). *A contemporaneidade brasileira: dilemas e desafios para a imaginação sociológica*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC. pp. 383-429.

Damatta, R. (1985). *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

- Dejours, C., Dessors, D. e Desriaux, F. (1993). “Por um trabalho, fator de equilíbrio”. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, Mai/jun.
- Ferreira, J. (1994). “O corpo signico”. Em: Alves, Paulo César e Minayo, M. C. de S. (Org.) *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Geertz, C. (1978). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Helman, C. (1994). *Cultura, saúde e doença*. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Hobsbawm, E. (1981). Os sindicatos nacionais portuários. Em: Hobsbawm, E. *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Isper -*Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda*-. “Dados por Município (2007)”. Disponível em www.perfildomunicipio.caged.com.br. Acesso em 20/11/2008.
- Jodelet, D. (Org.) (2001). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Maeno, M. e Carmo, J. C. do (2005). *Saúde do Trabalhador no SUS*. São Paulo, Hucitec.
- Marcondes, W. B. et al. (2003). O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. *São Paulo em Perspectiva*, v.17, n.2, p. 91-101.
- Mauss, M. (1974). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP.
- Medeiros da Silva, R. M. da C. Pobreza e exclusão social: o caso de um bairro em Navegantes/SC. *Dissertação em Gestão de Políticas Públicas*, Itajaí (SC), 2006.
- Minayo, M. C. de S. (1998). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. Em: Guareschi, P. e Jovchelovitch, S. (Org.) *Textos em representações sociais*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. de S. (2000). *O desafio do conhecimento*. 7 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.
- Minayo-Gomez, C. e Thedim-Costa, S. M. da F. (1997). “A construção do campo do trabalhador: percursos e dilemas”. *Cadernos de Saúde Pública*, v.13, n.2 (supl.), pp. 21-32.
- Minayo-Gomez, C. e Thedim-Costa, S. M. da F. (1999). Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*, n. 4, pp. 411-421.

- Mendes, R. (Org.) (1996). *Patologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Atheneu.
- Mendes, R. e Dias, E. C. (1991). Da medicina do Trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 25, n. 5, pp. 341-349.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais*. Investigações em Psicologia Social. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Queiróz, M. de S. (2003). *Saúde e Doença: um enfoque antropológico*. Bauru, SP: EDUSC.
- Ramazzini, B. (2000). *As doenças dos trabalhadores*. 3 ed. São Paulo: Fundacentro.
- Rocha, L. E.; Rigotto, R. M.; Buschinelli, J. T. P. (1994). *Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Saffioti, H. I. e Munhõz Vargas, M. (1994). *A mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.
- Sontag, S. (1984). *A Doença como Metáfora*. São Paulo: Graal.
- Stallings, B e Weller, J. L'emploi en Amerique Latine, pierre angulaire de la politique sociale. *Revista de la CEPAL*, número especial, junho 2005, pp. 189-208.
- Szenttamásy, E. R. et al. Tecnologia do pescado de água doce: aproveitamento do pacu (*Piaractus mesopotamicus*). *Sci. agric*. Piracicaba, São Paulo, Set 1993, vol.50, no.2, p.303-310.
- Tedesco, J. C. e Campos, G. L. R. de (org.) (2001). *Economia Solidária e reestruturação produtiva: (sobre) vivencia no mundo do trabalho atual*. Passo Fundo: Ed. UPF.

Resumo

As indústrias de pesca localizadas no litoral norte de Santa Catarina, Brasil, apresentam unidades que se dedicam à captura, ao processamento, ao congelamento e à distribuição do pescado. O presente estudo multidisciplinar trata da inserção da mulher na indústria do pescado, em particular das que trabalham no beneficiamento do pescado, regionalmente identificadas como “manipuladoras do pescado”. O estudo exploratório de caráter etnográfico possibilitou conferir o processo de manipulação do pescado, as condições de trabalho, as suas relações sociais, bem como seus impactos no corpo e na saúde. A presente pesquisa permitiu constatar que o trabalho das “manipuladoras do pescado” se insere no âmbito da precarização das relações de trabalho, demandando maior atenção do poder público, que não as beneficia com políticas públicas e não exerce seu poder de fiscalização sobre as condições de trabalho.

Palavras-chave: trabalhadoras do pescado - condições de trabalho - saúde - políticas públicas.

Abstract:

The industries of fish located in the coast north of Santa Catarina, Brazil, present units that dedicates to the capture, the processing, the freezing and the distribution of this food. The present multidiscipline boarding deals with the insertion of the woman in the fishing industry, in particular of that they work in the improvement of the fish, regionally identified as “manipulator of fished”. The exploratory study with ethnographic characters made possible to confer the process of manipulation of the fished, the work conditions, its social relations, as well as its impacts in the body and the health of these women. The present research allowed to evidence that the work of the “manipulators of fished” demand bigger attention of public policy, that does not benefit them with public politics and it does not exert its fiscalization power on the work conditions.

Key-words: fishing workers - work conditions - health - public policies.